



Cultura de consumo e capitalismo: enquadrando uma empiricidade

Edson Farias¹

Bruno Gontyjo do Couto²

Resumo: Os objetivos deste exercício de análise de teoria se concentram em focalizar um conjunto de textos britânicos na sociologia da cultura que, entre as décadas de 1980 e 2000, esteve dirigido ao problema acerca da relação entre cultura de consumo e economia capitalista. Tratam-se de intervenções analíticas e interpretativas ocorridas no escopo de um debate mais abrangente, deflagrado em torno dos desdobramentos da modernidade entretidas no contexto “pós-industrial”. No limite, importa refletir o quanto esse corpus, no movimento de nomear e qualificar fenômenos sócio-históricos, à época emergentes, enquadrava uma empiricidade. Com isso, consagrou-se parte do arquivo que, a um só tempo, se atualiza e confere consistência discursiva em posteriores investidas analíticas e interpretativas que focalizam o nexa simbolização e capitalismo.

Palavras-chave: análise de teoria; corpus textos britânicos; cultura de consumo e capitalismo; arquivo discursivo; sociologia da cultura.

Consumer culture and capitalism: framing an empirical approach

1 Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – Brasil – nilosed@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>.

2 Universidade do Distrito Federal (UnDF) – Brasília – Brasil – brunogcouto@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0339-6875>.

Abstract: *The objectives of this theory analysis exercise focus on focusing on a set of British texts that in sociology of culture, between the 1980s and 2000s, were addressed to the problem of the relationship between consumer culture and the capitalist economy. Analytical and interpretative interventions occurred within the scope of a more comprehensive debate, sparked around the developments of modernity entertained in the “post-industrial” context. Ultimately, it is important to reflect on how much this corpus, in the movement of naming and qualifying socio-historical phenomena, emerging at the time, framed an empiricity. With this, part of the archive was consecrated, which, at the same time, is updated and gives discursive consistency to subsequent analytical and interpretative attacks that focus on the symbolization and capitalism nexus.*

Keywords: *theory analysis; British texts corpus; consumer culture and capitalism; discursive archive; sociology of culture.*

Cultura de consumo y capitalismo: enmarcado un enfoque empírico

Resumen: Los objetivos de este ejercicio de análisis teórico se centran en centrarse en un conjunto de textos británicos en la Sociología de la cultura que, entre las décadas de 1980 y 2000, abordaron el problema de la relación entre cultura de consumo y economía capitalista. Las intervenciones analíticas e interpretativas se produjeron en el marco de un debate más amplio, generado en torno a los desarrollos de la modernidad en el contexto “postindustrial”. En definitiva, es importante reflexionar sobre hasta qué punto este corpus, en el movimiento de denominación y calificación de los fenómenos sociohistóricos, emergente en su momento, enmarcó una empiridad. Con ello se consagró parte del archivo que, al mismo tiempo, se actualiza y da consistencia discursiva a posteriores ataques analíticos e interpretativos que se centran en el nexo entre simbolización y capitalismo.

Palabras clave: análisis teórico; corpus textos británicos; cultura de consumo y capitalismo; archivo discursive; sociología de la cultura.

Em sincronia com a derrocada do regime do socialismo de Estado na antiga União Soviética e nos países do leste europeu, deu-se substituição do modelo de planejamento que subsidiou os estados industriais previdenciários no Ocidente, pela adoção das coordenadas normativas da governamentalidade neoliberal, com ênfase depositada no empresariamento privado como

modelo legítimo de agenciamentos e individualizações (Dardot e Laval, 2016: 16-17). Esse cenário institucional foi disposto planeta afora no andamento da montagem e funcionamento das cadeias globais de fornecimento/distribuição de bens, serviços e informações. Um dos polos decisivos desse escopo socioeconômico é a instauração da modalidade de mercado de investimentos cuja dinâmica se define pelo trânsito de títulos representativos das propriedades valoradas em circuitos específicos, sem estarem comprometidos com a esfera produtiva. A riqueza imobiliária se impõe como o padrão dominante às exigências de elasticidade, mobilidade e flexibilidade do capital no que toca à gestão e organização social da produção e da circulação. Como conclui Braga, a troca de um *ethos* centrado na conduta frugal e laboriosa por aquele definido em função da especulação manifesta a “passagem de um sistema capitalista em que a riqueza era associada à terra, máquinas, equipamentos, edificações, para uma nova era, em que a riqueza irá assumindo crescentemente uma dimensão simbólica, na moeda fiduciária e nos ativos financeiros em geral” (Braga, 1997: 212-213).

Não é possível, porém, aquilatar o alcance obtido por esses remanejamentos sem considerar o reforço conferido pela capacidade cibernética de comandar as partes pulverizadas pelo planeta, partes sincronizadas à sistemática bancário-financeira pela teia da digitalidade informacional (Castells, 2005). Algo assim imprimiu, em escala inédita, o recurso e a potencialização dos estoques de saberes, favorecendo o acesso a insumos de conhecimento e promovendo processos mais intensos de reflexividade pessoal e institucional, na medida em que também contribuiu com as alterações nas balanças de poder nos planos intra e internacional, bem como global. Àquela altura histórica, a semântica da ideia de consumo cultural já contracenava com o lugar estratégico e hegemônico no qual indústrias culturais, os mercados de bens simbólicos, os esquemas de prestação de serviços turísticos etc. (Ortiz, 1994) se fazem recíprocos mediante a teia sociotécnica em que se foram acoplando transmissões por satélite, fibra ótica, rede telefônica e computadores. Vertidos a matérias-primas e mercadorias nesse tramado sociotécnico, valores e demais componentes simbólicos são cada vez mais indissociados das práticas de consumo, que se desenrolam nas ambiências segmentadas dos mercados cada vez mais consolidadas como instâncias de visibilidade e reconhecimento de bens e serviços culturais. Ao longo das décadas finais do Século XX e o início do atual, no movimento mesmo do entrelaçamento de negócio, fruição e lazer, assistiu-se ao advento de outras funções à organização da cultura no anverso do aparecimento e consagração de novos formatos de bens culturais.

Os objetivos desse exercício de análise de teoria se concentram em focalizar um conjunto de textos que, exatamente, entre as décadas de 1980 e 2000, tanto em razão do delineamento de objetos de conhecimento quanto nos modos de abordagens e mesmo nas posições de autoria realizados, imprimiu avanços e redefinições na tematização do nexos entre simbólico e commodificação e nas maneiras de equacioná-la. Ao longo do texto, a prioridade está posta na produção britânica frente a outros trabalhos envolvendo temáticas afins. A escolha decorreu da observação, em um primeiro momento, por meio do levantamento preliminar que respalda este artigo, dessa produção se posicionar como majoritária, seja em relação ao número de publicações, seja por sua maior repercussão em termos de citações, isso por estar cifrada em um idioma com posição hegemônica no mercado global das trocas linguísticas e circulação de ideias, em particular, as científicas (Ortiz, 2008). Ainda que possa ser repreendido, nosso entendimento é de se tratar de uma base documental bibliográfica que obteve um rendimento simbólico e financeiro bem mais expressivo nas trocas ocorridas nos mercados acadêmicos, quando comparada a *corpora* voltados ao nexos simbolização e economia, mas escritos em outros idiomas.

Sem desconsiderar o *status* gozado por esse conjunto textual na economia política dos bens intelectuais, outra razão de o escolhermos diz respeito à sua localização no período delimitado anteriormente. Não estamos recorrendo às teorias sobre o espelhamento na relação entre texto e contexto, tampouco reiterando automatismos nas maneiras como mentalidades e situações sócio-históricas mais abrangentes se tornam afins. Embora não se constitua parte do nosso objetivo explorá-las do ponto de vista analítico, intuímos existirem múltiplas mediações no envolvimento de um e outro plano. Por ora, fazendo eco à ilação de Norbert Elias (1998), suspeitamos estarem as formações semânticas e classificatórias, sintetizadas em conceituações propostas e acionadas nas intervenções erudito-científicas, integradas aos modos e processos de simbolização. Elas compõem, portanto, os mecanismos cognitivos de orientação e ajuizamento com antecedência nas formas de compreensão que definem maneiras de apreender, denominar e comunicar realidades nos arranjos societários complexos modernos. Na condição de dispositivos gnosiológicos e de comunicação, elas consistem em aspectos inalienáveis dos encadeamentos de interdependências sociofuncionais que apresentam, problematizam e equacionam. Para os interesses deste texto, voltar a atenção ao *corpus* bibliográfico assinalado se justifica pelo propósito de situar as questões nele postas acerca de cultura e economia capitalista, igualmente as saídas adotadas no

sentido de elucidá-las. Intervenções analíticas e interpretativas ocorrem no escopo de um debate mais abrangente, deflagrado em torno dos desdobramentos da modernidade entretidos no que autores como Daniel Bell (S.d.) e Alain Touraine (1970) denominou de contexto “pós-industrial”. Essa ideia traduz a percepção a respeito da sempre maior ingerência do conhecimento e da informação-comunicação no mundo cotidiano das sociedades ocidentais. No limite, importa-nos refletir o quanto esse conjunto de textos, no movimento de nomear e qualificar fenômenos sócio-históricos, à época emergentes, demarcou uma empiricidade. Com isso, ele se sagrou parte do arquivo intrínseco ao enquadramento discursivo atualizado em posteriores investidas analíticas e interpretativas que focalizam o problema em torno do nexa simbolização e capitalismo.

Um ponto a ser sublinhado ainda: a análise realizada não tem a ambição de esgotar o leque amplo de títulos que podem ser identificados como constitutivos desse quadro textual, nem mesmo nos ocupamos de toda a bibliografia dos autores aqui citados. Optamos por expor e comentar um número reduzido de obras, por entendê-las emblemáticas dos aspectos que nos interessa ressaltar. Em termos narrativos e argumentativos, portanto, para além desta introdução, o artigo está dividido nas Três seguintes partes. Na primeira, com o propósito somente de situar o nosso objeto de conhecimento, voltamos à atmosfera em que se deflagrou as controvérsias que puseram e alimentaram as disputas entre modernidade *versus* pós-modernidade. Enfocamos os enfrentamentos intelectuais que, sob o impacto da tecnociência, do predomínio dos ramos do setor de serviços, da importância adquirida pelas práticas consumeristas e da disposição para os lazeres, sublinhavam conexões entre o destaque dado à questão cultural, o advento de uma nova sensibilidade e alterações socioestruturais envolvendo a dinâmica capitalista. Na seção posterior, instada pela mesma atmosfera, atentamos aos esforços envidados por Mike Featherstone com a finalidade de interrelacionar o problema da cultura de consumo ao que ele chama de “economia da emoção” e “complexidade contemporânea”. Em seguida, estará em pauta a discussão sobre a peculiaridade da estrutura socioeconômica entretida à generalização dessa cultura de consumo, estando sob foco analítico os trabalhos de Scott Lash, Celia Lury, mas também aqueles assinados pelo mesmo Scott Lash em parceria com John Urry. Ainda nessa seção, com vistas a sinalizar as repercussões interdisciplinares do imaginário cujo centro é ocupado pela intercessão capitalismo e simbolização, os comentários terão por alvo as contribuições dos geógrafos Michel Storper e Allen Scott.

Modernidade *versus* pós-modernidade: o despertar de uma nova consciência do tempo?

Encampada pelas discussões sobre a globalização, a polaridade modernidade *versus* pós-modernidade foi diluída, soterrando as polêmicas detonadas em razão da excitação de afetos friccionados em âmbitos acadêmicos, artísticos e políticos, também deixando para trás as controvérsias realizadas por aplicações analíticas e interpretativas contra ou a favor de um ou outro polo. Deflagrada em meados de 1970, a disputa vazou à década seguinte, concentrando atenções e animando a indústria editorial voltada aos temas intelectuais e estéticos, principalmente, nas sociedades do Norte-Global. Os encontros abriram uma larga e diversificada pauta baseada nos questionamentos em torno da pergunta de se haveria ou não uma ruptura de época e, se de fato houvesse ocorrido a cisão, quais seriam as suas consequências. Visões de mundo, utopias, tomadas de posição político-ideológicas, posturas poéticas e manifestos estéticos, modos de enquadramentos teóricoanalíticos foram, então, articulados e avaliados pelo crivo da seguinte indagação: se estaria ou não a humanidade diante da troca do paradigmática, na qual o modelo de temporalidade orientada pelo primado da promessa do novo era substituído por aquele cuja tônica cairia em um presente fragmentário indissociável das texturas espaciais. Essas discussões se fizeram cúmplices ou rivais de questionamentos e interpretações a respeito da incidência ou não de determinações que estivessem na matriz dessa ruptura ou mesmo na sua mera invenção.

A título de exemplo, vale lembrar que, integradas hoje à história do pensamento social do Século XX, as acimas do crítico literário britânico Terry Eagleton às “ilusões do pós-modernismo” denunciavam o “culturalismo” subjacente às evocações relativistas recorrentes nessa perspectiva. Para ele, o emprego dessa lente embaçaria o entendimento (como afirma Marx) de que os elementos da história social compõem uma das camadas da história natural, mas dão continuidade a esta última, requalificando-a. Vale pena ilustrar o argumento do autor com a seguinte passagem, em que confronta as marcações sociais de gênero e étnica com a determinação classista:

(...) esse ramo do culturalismo está fadado a deixar escapar o que há de peculiar nessas formas de opressão que transitam na interface da Natureza e cultura. A opressão das mulheres é uma questão de *gênero*, que é exclusivamente um construto social; mas as mulheres são oprimidas *como mulheres*, o que envolve o tipo de corpo que por acaso se tem. Ser burguês ou proletário, ao contrário, não se trata de uma questão biológica. Não haverá

burguesia nem proletariado numa sociedade emancipada, mas certamente haverá mulheres e celtas. Pode haver mulheres liberadas, isto é, indivíduos do sexo feminino que são ao mesmo tempo emancipados, mas não podem existir assalariados liberados, dada a impossibilidade de ser as duas coisas ao mesmo tempo. “Classe média industrial” e “proletário” são questões interligadas, visto que uma sociedade não pode ter um sem o outro; mas as categorias sexuais (*sic*) e étnicas não são mutuamente constitutivas nesse sentido. Masculino e feminino, como caucasiano e afro-americano, são categorias bem mais reciprocamente definidoras. Ninguém, entretanto, tem um tipo de pigmentação da pele porque outra pessoa tem outra, nem é homem porque alguém mais é mulher, mas certas pessoas só são trabalhadores sem-terra porque outros são senhores fazendeiros. (Eagleton, 1998: 63)

Eagleton duvida do alcance explicativo das categorias atribuídas ao pós-modernismo para apreender e equacionar os aspectos mais candentes do real. Mais ainda, ele reclama do sequestro da percepção, logo, das funções cognitivas, por formulações que enfatizariam o inessencial. Com isso, o autor marxista acusa a natureza ideológica e coloca em xeque a existência do que consistiria o empírico sócio-histórico priorizado pelo olhar dos pós-modernistas. Ou seja, o próprio pós-moderno não passaria de uma representação fantasiosa. Compreenderia, enfim, a vocalização pessimista decorrente da frustração das correntes progressistas que, sublevadas nos anos de 1960, experimentaram a derrota com a revigoração conservadora representada pela ascensão de Margareth Thatcher ao governo do Reino Unido, em 1979. Como outros intérpretes, Eagleton intervém na discussão sobre a pós-modernidade abordando aspectos relativos ao tema da produção simbólica. Não é demais observar que, nos rastros da primeira geração dos estudos culturais britânicos, em meados da década de 1980, a questão cultural já se impusera como foco de uma agenda de pesquisa e reflexão (Hall, 1996 e 1996a). No caso de Eagleton (2005), o recurso ao manejo de uma genealogia conceitual, com a qual atravessa as muitas e divergentes semânticas coladas à ideia de cultura, cumpre o objetivo de argumentar, à contramão de uma concepção fragmentária que seria própria à postura pós-modernista, a renovação do ideário da “cultura comum”, para ele possível na superação dialética das contradições internas à estrutura social de classes implicada com o capitalismo.

Por sua vez, o também britânico e crítico literário Steven Connor insiste na centralidade da cultura, mas com o intuito de acentuar a consistência do postulado pós-moderno de cisão epocal, alertando a cumplicidade estabelecida entre diferentes instâncias da produção cultural e o exercício teórico comprometido

com a síntese conceitual discursiva da pós-modernidade. Referindo-se à autoconsciência do debate sobre a especificidade da era instaurada, ele afirma:

O que ainda não se tornara visível nesse debate foi a densidade autoconsciente do próprio debate, que começara a lançar uma sombra progressivamente mais longa sobre o seu alegado objeto de análise. Ficara claro, durante a década de 70 que havia uma estreita e às vezes providencial relação entre as várias formas de *nouvelle critique*, ou teoria literária, que varriam a América, a Inglaterra e a Europa, e a cultura e a escriturar contemporâneas que com frequência constituíam o objeto de análise para essas formas de crítica teórica. Uma ficção pós-moderna, que parecerá rejeitar a hierarquia, a conclusão narrativa, o desejo de representar o mundo e a autoridade do autor, oferecia a perfeita contraparte de uma crítica que enfatizava cada vez mais, de maneira positiva ou negativa, a impossibilidade de representar o mundo ou a liberdade irrestingível do leitor. A teoria, portanto, enquadrou-se perfeitamente no seu papel de mediadora e validadora dessa nova ficção (na verdade, para alguns, começou a brilhar mais do que parte do seu material primário, como prova do temperamento pós-moderno). Se a teoria deu tapinhas nas costas da cultura pós-moderna, esta pareceu aceitar o favor com muita generosidade. As obras pós-modernas eram cada vez mais representadas, e vieram a representar a si mesmas como atividades autoconscientes, quase-críticas – basta pensar nas conhecidas rumações metaficcionalis de John Barth, John Fowles e Donald Barthelme, e no incerto espaço entre arte e teoria da arte ocupado por algumas formas de arte conceitual ou performática. (Connor, 1992: 14).

A advogada autoconsciência dos artífices da cultura pós-moderna, em sintonia com as atividades de teóricos, no trecho destacado, é entretida, uma vez mais, no lugar estratégico ocupado pela produção e consumo culturais para ressaltar a consciência de alteração temporal pós-moderna, com os seus traços diacríticos. Nesse sentido, a convergência da decalagem da linguagem frente a qualquer requisito de representação com a competência criativa do usuário cultural, para o autor, desfaz a pretensão modernista de um sublime, cuja índole totalizadora se manifestaria no princípio universalista, que norteia a ideia de cultura comum, tal como aparece em Eagleton (Connor, 1994: 141-152). São pontuados, como sombras nessas utopias, os riscos uniformizadores relativos à reiteração de relações de poder opressoras. Ao mesmo tempo, ele persevera a missão da teoria e política pós-modernas de promover o desenvolvimento de

um “quadro comum de concordância” com aptidão para elasticar a consciência ética e “garantir a continuidade de uma diversidade global de vozes” (Connor, 1992: 198). Vai-se, enfim, à mão contrária da mera subordinação da mesma diversidade à dinâmica de ampliação global da lógica privatista do capital, já então protagonizada pela sociedade de consumo e a indústria da informação. Essas últimas reflexões de Connor desvelam as contradições teóricas e programáticas das distintas correntes alcançadas pela nomeação pós-modernistas. O que parece estar na base dessas contradições é a percepção do indisfarçável vínculo dos modos de simbolização com a reprodução do capital orientada pela confluência da triangulação entre égide financeira, intensa produção/circulação de signos e modelação de desejos às finalidades práticas do consumerismo.

Sem propriamente tomar partido por um ou outro polo da controvérsia, a intervenção de certa sociologia da cultura, cuja diferenciação se iniciava naquele momento, tomou por tarefa objetivar as condições de possibilidade sócio-históricas dessa consciência do tempo interna às postulações pós-modernas, como também das suas contradições. Por catalisar pontos nevrálgicos, ao que parece, o tema do consumo cultural desponta com especial relevo nos exames, análises e interpretações. Destaca-se como um potente liame entre a sensibilidade mobilizada na conversão dos mundos cotidianos em cenários nos quais forma e função tornam mútuos produção de sentido e comodificação e a rotação socioestrutural ocorrida com a consolidação da economia pós-industrial de serviços. Nos itens a seguir, abordaremos alguns dos tratamentos conferidos que marcaram essa intervenção sociológica fortemente concentrada nas diferentes figuras assumidas pelo consumo cultural nas sociedades modernas, durante a última passagem de século. No pano de fundo das nossas análises e comentários, estará o tipo de contribuição ao imaginário sociológico sobre a modernidade deixada por tais interpelações.

Uma economia das emoções inscrita na complexidade contemporânea

A consciência do tempo pós-moderna se incorporou à atmosfera intelectual aspirada entre círculos da sociologia britânica. Mas a incorporação, além de seletiva, não reiterou a premissa da ruptura de época; na realidade, optou-se por converter essa consciência num insumo para requalificar o imaginário sobre a modernidade legado de frações do pensamento franco-alemão, estendidas desde Século XX (Hall, Held, Hubert, Thompson, 1995). Por sua vez, a chave do monitoramento reflexivo pessoal e institucional propagada, em especial, desde o desenvolvimento do modelo estruturacionista em Giddens (1995),

repercutiu no entendimento de que a pós-modernidade não se constituiria em uma nova era, porque corresponderia uma espécie de dobra sobre si mesma da modernidade. Ou seja, em lugar de uma alteração de paradigma, o que estaria em jogo seria uma remissão e revisão das próprias ambições e limites da era moderna. Para uma das mais assonantes vozes desse contexto intelectual, Zygmunt Bauman, a pós-modernidade diz respeito ao sofrido, e inusitado, encontro da modernidade com o que procurou abusivamente esconder de si: o impulso destrutível do qual ela própria, a modernidade, foi gerada. Homens e mulheres contemporâneos não estariam mais dispostos ao acordo tácito do processo civilizador, permutando felicidade à luz do altar teleológico da segurança. Nesse sentido:

Passados sessenta e cinco anos que *O mal-estar na Civilização* foi escrito e publicado, a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais deve ser medidas. Isso não significa, porém, que os ideais de beleza, pureza e ordem que conduziram os homens e mulheres em sua viagem de descoberta moderna tenham sido abandonados, ou tenham perdido um tanto do brilho original. Agora, todavia, eles devem ser perseguidos – e realizados – através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais. Em sua versão presente e pós-moderna, a modernidade parece ter encontrado a pedra filosofal que Freud repudiou como uma fantasia ingênua e pernicioso: ela pretende fundir metais preciosos da ordem limpa e da limpeza ordeira diretamente a partir do ouro humano, do demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer e sempre mais aprazível prazer – um reclamo outrora desacreditado como base e condenado como autodestrutivo. Como se incólume – talvez mesmo fortalecida por dois séculos de concentrados esforços para conservá-la na luva de ferro das normas e regulamentos ditados pela razão –, a “mão invisível” recobrou a verdade e está uma vez mais prestigiada. A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. (Bauman, 1998: 09 – em itálico no original).

De acordo com Bauman, amparado no *status* de autoconsciência da modernidade, o pós-moderno encetaria uma sensibilidade movida pelo prazer, virando às costas aos padrões disciplinares vigentes na fase heroica do

capitalismo industrial. Quando ele se volta para o hegemônico arranjo nas relações sociais, apreendendo-o em escala global, pela denominação de “sociedade de consumidores”, enuncia sua proposição sobre a vigência de um quadro de valores legítimos ancorado na tônica conferida à “vida feliz”. Em outras palavras, a promessa suprema dessa sociedade seria oferecer aos indivíduos a felicidade no tempo fugidivo e fragmentado da vida terrena (Bauman, 2008: 60). A seu ver, na esteira da ampla privatização e profunda desregulamentação promovidas, sobretudo, desde a metade final do último século, a mediação do dinheiro (com sua prerrogativa de equivalência universal) se introduziu crescente e verticalmente nos mais distintos regimes de práticas e na coordenação dos símbolos, evocando o que o autor chama de “comodificação” e “re-comodificação” de capitais e trabalhos (Bauman, 2008: 20). Ele entende estar tal predominância na contrapartida do incremento de formações subjetivas impelidas a valorações de coisas, pessoas e ideias pela classificação do que seja passível de ser escolhido por aqueles habilitados à escolha. Isso é, a figura tipificada como posição de subjetivação do consumidor ascende ao *status* de sujeito por excelência e os modos de estratificar, incluir e excluir grupos e indivíduos obedecem à prerrogativa das tomadas de decisão do consumidor. A satisfação do consumidor se tornaria, dessa maneira, a prioridade política de maior alcance, tendo, assim, impacto na sorte dos estilos de vida, das políticas de identidade e mesmo dos meios pelos quais se realiza o reconhecimento das pessoas nesse ambiente onde a existência se orienta e efetiva pela capacidade de mercantilmente escolher, adquirir e descartar bens e serviços. Ainda segundo o argumento baumaniano, a vigência preponderante da lógica mercantil dos usos envolve, antes, a própria adoção por parte de homens e mulheres de classes, idades, marcas étnico-raciais e gêneros diferentes de um estilo de vida para o qual a antecedência da competência em se fazer escolhido deixa entrever que as exteriorizações das intenções passam a estar orientadas compulsivamente pela comodificação (Bauman, 2008: 70-72). Ele argumenta que o imperativo da visibilização, na sociedade de consumidores, em conjunto com a propagação sem precedentes de informações, seria a manifestação da ênfase posta na “vendabilidade” enquanto mecanismo de formação subjetiva predominante na “educação do espírito”.

O ensaísmo sociológico baumaniano identifica na centralidade atribuída à virtude do prazer o núcleo moral da abrangência e funcionamento do *ethos* consumerista. Coerente com a sua agenda de reflexões em torno do problema existencialista da liberdade (Bauman, 1989), o autor se aplica em examinar como as diferenças socioculturais entram pela porta da frente da contemporaneidade,

mas a princípio desprovidas do crivo de um legislador capaz de triá-las. Amon-toar-se-iam numa competição frenética que inviabiliza um mapeamento de posse do parâmetro de universalidade, mediante o qual se delimitariam topos precisos para essas alteridades múltiplas e inconstantes. Entretanto, Bauman não corrobora a ode de determinadas versões pós-moderna à democratização da diferença, já que não estaríamos assistindo ao suspiro derradeiro do suplício da diferença pelas exigências de pureza. Segundo ele, agora, o teste purificador se tonifica na averiguação do quanto uma diferença é capaz de se flexibilizar para acompanhar a volatibilidade da “renovação promovida pelo mercado consumidor, de regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência” (Bauman, 1998: 23). O filósofo conclui que poucos são aprovados no teste e muitos são os que compõem a “sujeira” da pureza pós-moderna” (Bauman, 1998: 23). São esses, no vocabulário baumaniano, os “consumidores falhos”. Os “impuros” da pós-modernidade compreendem todo aquele incapaz de fazer frente aos atrativos do mercado de consumidores por estarem desprovidos dos recursos que, à maneira de uma senha, lhes dê acesso à gramática da liberdade na sociedade de consumidores, a saber, a de serem “indivíduos livres” para exercer o poder de escolha do consumidor.

Paralela e contemporânea do mesmo período da sociologia britânica, outra vertente da sociologia da cultura igualmente se ocupou da centralidade do prazer como virtude. Porém, em lugar de enfatizar o tema ético da liberdade, depositou suas fichas em cartografar as mais diversas manifestações da díade estabelecida entre cultura de consumo³ e economia cultural.

Entre os artífices dessa vertente, sem dúvida, o sociólogo inglês Mike Featherstone se destaca por seus esforços concentrados na consolidação e disseminação do campo analítico aberto pela noção de cultura de consumo. Apenas para situar o quanto foi estratégica a sua intervenção, a princípio, cabe observar que o seu nome se fixa na trama editorial da sociologia internacional como editor da influente revista *Theory, Culture and Society*. Consagrado como dos mais influentes periódicos científicos na área das ciências sociais, com forte impacto também em outras áreas das humanidades, essa revista acompanhou o crescente interesse nos temas culturais e potencializou agendas de pesquisa, estudos e reflexão a respeito de temas

3 Essa produção se encaixou em um amplo encadeamento de títulos, originalmente editado em inglês, naquele período, voltado para a cultura de consumo. Apenas com o intuito de assinalar distintos vieses de problematização e análise do tema, consultar Campbell, 2001; Miller, 2002; Mccracken, 2003; Douglas e Ishwood, 2004; Appadurai, 2008.

como pós-modernidade, globalização, consumo cultural, pós-colonialismo, entre outros⁴.

Mais tarde, em *Cultura de consumo e pós-modernismo*, editado pela primeira vez em 1991, o Featherstone realiza um enorme esforço de síntese com o objetivo de pontuar reflexivamente o que concebia como as principais tendências históricas das sociedades contemporâneas: a saber, o deslocamento da estrutura socioeconômica capitalista e das respectivas sensibilidades humanas na direção de uma cultura de consumo de massa. De saída, inspirado em Bourdieu (...), faz-se notória a tônica depositada por Featherstone na dimensão ampliada das trocas simbólicas, o que o leva a discutir o tema da legitimidade à luz de instâncias de visibilidade que tornam afins o desinteresse compartilhado entre frações artístico-intelectuais, a morfologia composta por públicos amplos e heterogêneas e a remuneração/reprodução do capital financeiro-econômico concentrados por corporações empresariais de alcance transnacional.

Diante do que expomos, não é gratuito o fato de o livro, iniciado com uma reflexão a respeito da definição de pós-modernidade ou o pós-modernismo, apontar na direção de um entendimento marcadamente eliasiano de que o pós-modernismo seria: um conjunto de práticas culturais concretas conectado a balanças de poder, por meio de fundos de conhecimento específicos. Com esse enunciado, Featherstone afirma sua posição no sentido de considerar a pós-modernidade ou o pós-modernismo como uma configuração histórica específica, na qual determinadas estruturas de personalidade estão combinadas a teias de interdependências sociofuncionais. Pode-se dizer que o livro seria uma pequena síntese reflexiva sobre as principais características dessa configuração, a qual é parte de uma mesma dinâmica histórica em que a modernidade se consolida como uma cultura histórica. Amparado na teoria do processos sócio-históricos de longa duração, o autor retoma Max Weber (1974: 326) quanto às conexões de processos de racionalizações e intelectualizações na acomodação da linha de conduta artístico-cultural em meados do Século XIX, tendo os seus epígonos nos círculos boêmios e românticos. A análise configuracional adotada considera, contudo, os momentos em que as interferências do Estado iniciavam o estabelecimento de fronteiras entre as dimensões das experiências humanas, procurando oficializar procedimentos já adotados por frações sociais. Isso se deu em uma realidade já transformada pelo anelado de forças sociais

4 Espécie de catalizador dessa agenda, organizado por Featherstone (1994), o livro *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade* reúne um time de autores que, à época, abordavam temáticas que suscitavam polêmicas e pareciam carecer de base empírica. Na década seguinte, impuseram-se protagonistas da cena socioantropológica internacional.

hegemônicas manifesto no zoneamento das temporalidades, no anverso da cisão entre o público e o privado, em consonância a uma especialização técnica dos espaços e de ritualização das práticas, no que distinguiu as esferas da produção do conhecimento e do trabalho daquela referente à cultura e ao lazer (Featherstone, 1987). Mas ele sublinha que o sucesso das estratégias de autonomia relativa da esfera artístico-cultural contou com a formação, consolidação e disseminação de estruturas de personalidade cada vez mais pautadas na busca do autoaperfeiçoamento e autoestilização, tendo como matriz a visão romântica da realização do humano no recurso às obras de arte e da potencialização das emoções (Featherstone, 1995: 40)⁵. Inspirada em Bourdieu (2011), a figura do “mediador cultural” ocupa posição decisiva na interpretação proposta, porque o ímpeto generalizado pela construção de estilos de vida, calcados pelas experiências emocionais e nos gostos estéticos, estaria combinado à ampliação e diversificação do consumo entre um imenso número de indivíduos, mas articulados pela atuação dos agenciamentos desse personagem apto em fazer comunicar as lógicas da produção e da recepção. Isso se dá por meio de um exercício de pedagogia continuada, pulverizando e popularizando saberes e posturas a princípio encerrados em círculos eruditos acerca do prazer e fruição estética do cotidiano.

Ao longo do texto, fica claro que, para Featherstone, embora integrada na caudal dessa dinâmica histórica, a principal marca da configuração pós-moderna está na centralidade e transversalidade adquiridas pela cultura de consumo. Desde a Segunda Guerra Mundial, o modelo socioeconômico capitalista se deslocaria cada vez mais na direção do consumo de massa, da prestação de serviços e do lazer. A ampliação e diversificação das práticas de consumo de todas as classes sociais se tornariam um dos principais motores do sistema econômico. Simultaneamente, a disposição para o consumo nas suas mais variadas feições, incluindo-se aí o consumo conspícuo, seria estimulada e difundida entre todos os grupos sociais.

5 Alan Macfarlane demonstra como, desde o Século XII, setores da sociedade inglesa conheceram o emergir de um modo de olhar ampliado com o processo urbano-industrial. O olhar encerra, então, o ajuste em uma mesma mentalidade do cálculo do mercado e a inspiração de buscar o rejúbilo nos “santuários” da não-utilidade. A natureza se tornara motivo de atração, transformada em instrumento de lazer, distração e modo de distinção entre os grupos sociais (Macfarlane, 1987: 124 e Williams, 1989: 21-6). Algo semelhante poderia ser dito sobre o crescente sequestro dos fazeres artísticos pelo discurso estético, entre meados dos Séculos XVIII e XIX, no compasso tanto da tecnificação das bases produtivas das relações sociais quanto da desconstrução da arquitetura normativa do Antigo Regime e da metafísica cristã, ao lado da afirmação do sujeito individual (Eagleton, 1993: 17-28).

É nesses termos que podemos entender o porquê de Featherstone, assim como vimos em Bauman, conceber o fomento do processo na disseminação de imagens e lugares de consumo fortemente pautados pelos princípios do prazer e do excesso. Nesse contexto, entende ele, estética, fantasia e mercadoria são combinadas pelas práticas da publicidade, do show *business* e dos *shopping malls*, com o objetivo de potencializar a vocação dos seus espectadores e usuários na direção do consumo. Se Featherstone apreende um importante ponto de inflexão das sociedades contemporâneas no tipo de transversalidade peculiar à cultura de consumo, o que para ele se revela é como as dimensões da economia, da racionalidade e da razão instrumental estão simbioticamente intrincadas a sensibilidades voltadas para a autenticidade romântica e formas de autorrealização emotivas e estéticas. A coordenação social corroboraria uma “estrutura gerativa subjacente flexível”, capaz de se deslocar do plano macrossocial ao das interações e também dos padrões psíquicos com extrema facilidade. Ela consistiria em um “princípio integrador” cujo funcionamento prevê constantes oscilações entre ordem e desordem, controle e descontrole emocional, o cálculo instrumental e o excesso hedonista (Featherstone, 1995: 48).

Desse modo, Featherstone evidencia como um dos traços da cultura entredita ao capitalismo contemporâneo a profunda interconexão das dimensões instrumental e expressiva. O mundo das mercadorias continua, a seu ver, ocupando o núcleo central da objetividade material e da produção de subjetividades nas sociedades contemporâneas, mas se vê cada vez mais marcado pela prevalência da informação, das imagens e dos bens simbólicos. Por outro lado, os princípios de mercado tomam conta de uma vez por todas da esfera dos bens culturais e dos estilos de vida (Featherstone, 1995: 121). A virtude do prazer, na concepção do sociólogo inglês, iria se manifestar na ascensão de uma economia das emoções, fundamentada tanto em uma espécie de hedonismo calculista generalizado como na estetização da racionalidade instrumental-funcional. Compreenderia um desfecho equivocado, sentença, sustentar a pós-modernidade como ruptura histórica e epistemológica. Afinal, para ele, o destaque generalizado dado à cultura nas sociedades com vigência pós-industrial corresponderia a um dos efeitos mais vigorosos da globalização do enlace entre modernidade e capitalismo (Featherstone, 1997).

Seria incompleto aludir à economia das emoções, engajando mutuamente padrões psíquicos e estrutura social pós-industrial, referida pelo autor, sem considerar a maneira como ele a situa na sua compreensão da complexidade das tramas de interdependências sociofuncionais que lhe eram contemporâneas. O tratamento por ele conferido às conexões entre cultura e economia evidencia o

problema em torno da dominação simbólica nas feições adquiridas pelo capitalismo no fim do Século XX. À luz de tal inquietação, no contexto da década de 1990, quando a ideia de globalização galgava importância no repertório das ciências sociais, Featherstone nota que o tratamento dispensado pelas ciências sociais aos temas da cultura e da sociedade cedo respondeu ao primado “nacionalcentrista”, condizente com os processos de construção da nação à luz do desenvolvimento de culturas nacionais, a um só tempo, integradas e excludentes, no compasso do acirramento das disputas no sistema interestatal já vigentes na Europa do Século XIX e princípio do XX. Predominava assim a:

(...) tendência a suprimir as diferenças entre culturas locais, regionais e étnicas e a desenvolver ou inventar tradições nacionais, como as que alimentavam a idéia dos franceses ou alemães como entidades distintas (...). O modelo vigente achava-se impregnado das teorias evolucionistas e dos conceitos de superioridade da civilização européia.” (Featherstone, 1996: 116).

O acento posto na questão da integração teve, para Featherstone, influência e, ao mesmo tempo, adquiriu legitimidade na maneira como a sociologia passou a conceber a noção de sociedade sob o imperativo normativo de uma ordem coesa. A interpelação das relações sociais pelos movimentos de intensa industrialização e urbanização foram, portanto, assimilados como desafios desagregadores que demandavam uma larga cultura ou um sistema de valores comum atravessando todos os espectros e níveis dos grupos articulados no escopo territorial do Estado nacional. Prevaleceu, segundo o autor, a ideia da sociedade como um todo isolado, descuidando-se com isso dos fenômenos transociais e enxergando a mudança social tão somente do prisma dos fatores intrassociais.

De maneira similar, ainda de acordo com Featherstone, a antropologia recorreu à metáfora orgânica da cultura, fazendo par com a importância assumida pela localização no desenvolvimento das identidades nacionais. Descartou-se, portanto, o dado plural e controvertido de relações sociais e valores que revelam a heterogeneidade humana em nome de sentimentos de exclusividade e unicidade decorrentes do mito genealógico da nação, no contraponto da sedenterização territorial das identidades. No argumento de Featherstone, sobressai a maneira como ele encara o advento das propostas que se opõem ao princípio territorial-centrista. O pós-modernismo e o pós-colonialismo, por exemplo, mais que modelos teóricos aptos na elucidação do contemporâneo, seriam expoentes intelectuais provocados pelas interdependências globais vazando a soberania autorreferida dos Estados-nação. Tal encadeamento diria respeito, também, a deslocamentos nas balanças de poder, que, nos Séculos

XIX e XX, estiveram a favor da centralidade do Ocidente na divisão planetária do trabalho e das funções de comando e conhecimento. O desmascaramento epistêmico-cultural incidiu, argumenta o autor, no questionamento pelo viés pós-modernista da tradição soerguida pelo Ocidente. Na passagem, ele propõe que o trânsito promovido pela circulação global das ideias desafiaria as bases da topologia de poder em que a autoridade do euroestadunidense se mantém como núcleo da história universal (Featherstone, 1996: 121).

Sob a possibilidade da apreensão tanto da emergência quanto do confronto de pontos de vistas distintos é que podemos compreender a teoria da complexidade proposta por Featherstone. Ao contrário da corrente pós-estruturalista, com sua tendência de reduzir o real sócio-histórico a uma competição entre discursos/interpretações, mas tampouco movido pela intenção de adotar a postura de tomar as formas de consciência como representações apenas à maneira de meros espelhamentos de fatores infraestruturais externos, o autor prefere a alternativa da luta sócio-simbólica que se trava pelas delimitações das fronteiras. Trata-se de pugnas sobre as quais a conceituação é, simultaneamente, o ato de informar e uma arma de exclusão. Recorrendo ao modelo eliasiano de *established e outsiders*, sua proposta é considerar os deslocamentos conceituais na contrapartida dos remanejamentos na hegemonia entre os grupos. A seu ver, a complexidade das interdependências humanas alterada em sua proporção deixa evadir e ressoar vozes antes inaudíveis que tomam lugar na cena simbólico-política e exasperam a favor de uma terapêutica nas grades classificatórias sedimentadas no cotidiano da linguagem como prática social.

Em lugar da “desconceituação”, como propõe as correntes pós-modernistas, Featherstone insiste na tarefa conceitual das ciências sociais de dotar o conhecimento de modelos analítico-conceituais adequados no tratamento plural da complexidade contemporânea. Isso significa – entende ele – redefinir o que se quer ao empregar termos como “social” e “sociedade”. O autor atribui relevância, exatamente, a fatores como a cultura de consumo e o advento (à época) das então novas tecnologias de comunicação e informação que penetrariam âmbitos tão distintos e pondo-os em sintonia, articulados com a intensificação dos fluxos de dinheiro, mercadorias, imagens etc. Esses ingredientes forçariam na direção da “fragmentação cultural e transposição de valores”, promovendo “descentramentos, deslocamentos no espaço e desmaterialização”. De acordo com o seu diagnóstico, o vórtice do torvelinho histórico, que lhe era contemporâneo, cada vez mais empurrava o Ocidente para fora do eixo hegemônico e, por outro lado, conduziria ao descarrilhamento do projeto universal-modernista da modernidade. Esse projeto estaria enraizado na própria evocação da universalidade

como uma idiossincrasia da cultura filosófica europeia. Desse ponto de vista, de acordo com Featherstone, para além da homogeneização cultural, a globalização seria igualmente a conduta que se dirigiria às “terceiras culturas”, ou seja, a um sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada” – no sentido de Benedict Anderson⁶ – em nada redutível a uma cultura nacional qualquer, mas resultante da confluência de diversas delas, sobretudo nos contextos de corporações capitalistas transnacionais.

Por outro lado, sublinha Featherstone, essa pluralidade também se apresenta na multipolaridade de centros competitivos na arena mundial, com a emergência de países como o Japão e outros pertencentes ao Sudeste asiático, dotados da aptidão de adequar padrões a contextos locais, em um redesenho de equilíbrios de força entre blocos e países, com base em novas interdependências instauradas. Na mesma medida, ratificando o que comentamos, esses novos desenhos enfraqueceriam a capacidade de gestão dos Estados-nação, no instante em que a intensidade dos fluxos informacionais escaparia do monitoramento governamental. Uma vez mais citando o Weber (1992), Featherstone delinea o quadro da complexidade global como um politeísta enfrentamento entre deuses. Os níveis de diversidade e multiformidade assinalariam o quanto o sincrético e o híbrido, enquanto posturas e compreensões, teriam alcançado o *status* de heurístico de uma complexidade tecida por componentes nômades e solúveis, enfim, descentrados.

Se retomado o debate em torno da ascendência das frações socioculturais identificadas a princípio como minorias, sentencia Featherstone, a pós-modernidade deixa patente a evanescência das hierarquias simbólicas que acompanharam a relativa depreciação do capital simbólico com o qual o Ocidente fundou a legitimidade do seu projeto de modernidade, da exclusividade da sua excelência cognitivo-civilizatória. A penetração no âmbito da esfera cultural de outros pontos de vista afrontaria tal centralidade, tornando-a relativa, porque complexificaria a situação, agora apreendida como uma teia de multivalências. As formações subjetivas, nos encadeamentos interacionais, seriam reescaloados cada vez mais, tendendo a se converterem em consciências ambíguas, algo cuja incidência direta se daria na maneira de prover o entendimento do nacional como um bloco autorreferido e igual-a-si, devido ao embasamento

6 Embora Anderson (1987) tenha elaborado o conceito para tratar das comunidades imaginadas nacionais, o emprego no debate sobre a condição global se justifica na referência de tipos de consciência compostos em torno na crença de estilos de vida comungados por diferentes agentes a despeito das adversidades e distâncias sociogeográficas.

genealógico comum. O assalto das minorias rouba, conclui o autor, o sossego unilateral dessa arrogante certeza.

Reflexividade na economia de signos e cultura de consumo

Entre as duas últimas décadas do Século XX, as discussões a respeito da reflexividade chamam atenção nos exercícios empenhados em reconduzir a teorização sociológica sobre a modernidade para um contexto em que se insurgiam os artefatos e princípios da globalidade. Desse modo, os debates colocavam em pauta não somente os remanejamentos nos mundos sociais referidos às transformações do capitalismo como sistema socioeconômico, mas principalmente tornaram alvo de reavaliações as concepções de modernidade e modernização como lentes interpretativas mediante as quais se enxergou a história universal. No entanto, àquela altura do estágio histórico, nas mesmas vocalizações, as prerrogativas dos processos de mudança intencionada da modernidade, ironicamente, deslocaram-se da tarefa de controlar a bestialidade natural para as formulações acerca de como tais processos tomaram por problema a própria dinâmica de riscos, a qual seria motivada pela dificuldade de calcular o futuro devido à socialização generalizada. Em meio às controvérsias científicas a respeito dessa situação, desponta a concepção de Giddens (1991) acerca do peso assumido pelos sistemas de peritos como fatores de segurança, nas condições de desencaixe temporal e espacial da modernidade. O impacto desse contexto “pós-tradicional” se estenderia sobre os requisitos de confiança e segurança ontológica na construção dos projetos reflexivos do eu e das instituições.

Em Giddens (1997) e Back (1997), o eixo teórico da modernização reflexiva se levanta sobre a suposição de que estava em andamento a libertação progressiva da ação em relação à estrutura. Parte do círculo de intérpretes britânicos que acentua o deslocamento socioestrutural contido na ideia de “cultura de consumo”, Scott Lash reitera a acumulação reflexiva, para qual convergiriam o consumo especializado e a maneira flexível de produzir. O autor questiona, porém, a tese de um panorama homogêneo. Ao contrário, ele argumenta sobre a existência de “ganhadores” e “perdedores” da reflexividade. Exemplos, quanto aos primeiros, seriam os produtores de *softwares*. Já os derrotados seriam, entre outros, as levadas pós-fordistas compostas dos subempregados e pelos empregados nas ocupações fabris de nível inferior ou, ainda, dos proletariados do setor de serviços, como a mão-de-obra do McDonalds. Com o entendimento de que a

estrutura compreende a regra de disponibilização de recursos, a modernidade reflexiva corresponde, para Lash, ao capitalismo global informacional, caracterizado como um modo de vida resultante do entrelaçamento de redes informacional-comunicativas. Ele o descreve, então, considerando aquelas que seriam as propriedades elementares mais (então) atuais da sistemática capitalista: “primeiro, canais estruturados em que a informação flui; segundo, espaços em que ocorre a aquisição das habilidades de processar informação” (Lash, 1997: 148). A seu ver, na “modernidade simples”, uma classe média se desenvolveu como prestadora de serviços à sistemática produtivo-industrial; na modernidade reflexiva, favorecida pela nova regra de distribuição de recursos, a classe média de serviços é servida.

No argumento de *Consumer Culture*, de 1996, Celia Lury inventaria as propriedades da recursividade reflexiva na identificação da multifuncionalidade do consumo como prática, imaginário e condicionante sócio-histórico do comportamento. No livro, ela não somente reuniu as principais contribuições de autores das ciências sociais que se voltaram para os temas da economia, comunicação e cultura no mundo pós-II Guerra, como criou a sinergia necessária entre eles para avançar na análise do que, como outros, optou por designar como “sociedade do consumo”, acentuando a linha argumentativa desenvolvida por Featherstone. Lury sublinha que o sistema socioeconômico capitalista passou por transformações importantes nas décadas posteriores à II Guerra, apresentando tendências no sentido de uma forte expansão internacional e respectiva flexibilização da produção e dos mercados. Ademais, ele esteve marcado pela centralidade do consumo nos processos de organização da economia, culminando em: formação de políticas de Estado voltadas para o seu incentivo; expansão dos meios de comunicação de massa, sobretudo, da televisão, com papel decisivo da publicidade e do *marketing* na sua estruturação; e preponderância ainda maior da economia na regulação da vida social (Lury, 1996).

Segundo a autora, essas tendências socioeconômicas, somadas à expansão das classes médias e das suas modalidades de “consumo posicional”, contribuíram para a consagração e difusão da “cultura de consumo” e das chamadas “políticas do consumidor” pelo mundo. Nos seus termos, trata-se de uma cultura material – dentre muitas culturas humanas ligadas a modos específicos de produzir e lidar com objetos – que coloca o consumidor como elemento central das identidades individuais e coletivas (Lury, 1996). Nela, o consumo de mercadorias atua como o principal marcador de significação das relações sociais, com um grau de transversalidade e complexidade muito maior do que em outras fases do capitalismo. Toda pessoa é treinada para atuar, antes de tudo, como

um consumidor. Em última instância, as semânticas dos próprios valores que fundamentam a visão moderna de sociedade são redefinidas: a individualidade passa a ser concebida pela atividade de consumir; e o bem-estar tanto individual como social passa a estar fortemente associado às possibilidades de acesso ao consumo (Lury, 1996).

Dessa forma, disseminam-se visões de mundo que sacralizam o consumo e as disposições hedonistas que o favorecem, identificando liberdade e autorrealização com a capacidade de escolha, compra e uso de bens e serviços. Simultaneamente, “o mundo de objetos” se expande de maneira inaudita, estimulando o monitoramento reflexivo do *self*, alcançando, assim, a reestruturação das identidades individuais e impactando os referenciais identitários coletivos por meio da penetração generalizada do consumo. Não por acaso, diversas instituições como empresas, partidos e organizações da sociedade civil lutam entre si para organizar a reflexividade da cultura de consumo.

Fazendo eco com Lash, a autora reforça que essa mesma cultura, não tendo como contrapartida o acesso e a capacidade igualitários para todos os indivíduos, desempenha papel central na produção das relações de exclusão e desigualdade – bem como na compreensão destas – no mundo contemporâneo. A autora lembra que o próprio Estado classifica a população com base nos diferentes padrões de consumo, separando consumidores-proprietários daqueles que dependem de sua assistência (Lury, 1996). Como conclusão, Lury defende a incontornável necessidade das ciências sociais se voltarem para a análise das dinâmicas próprias do consumo, desvencilhando-se dos determinismos ligados ao parâmetro da produção. Retomando a visão de Lazzarato (2014), a autora destaca que o capitalismo produz espaços virtuais e reais nos quais o mundo dos consumidores é expandido junto às subjetividades e respectivas atividades vinculadas aos usos consumeristas. O trabalho não se limita mais, portanto, à produção e à economia. Segundo ela, ele teria se espalhado por toda sociedade, mediante uma “produtividade-consumidora” de caráter coletivo.

Espécie de epítome das tantas buscas de alternativas cognitivas sobre a rotação histórico-estrutural intrínseca à reconfiguração do capitalismo como sistema socioeconômico, dentro do rol de contribuições anglo-saxônicas para os estudos sobre os nexos entre economia e simbólico nas sociedades capitalistas contemporâneas, o livro *Economies of Signs and Space* (cuja primeira edição fora lançada em 1994) sob autoria de Scott Lash e John Urry) se sagrou como contribuição original. Tendo como propósito inicial reestabelecer o debate acerca do capitalismo tardio na arena do marxismo, o livro vai muito além ao desvelar como as estruturas sociais atreladas ao modelo regulatório dos Estados-nacionais industriais

vêm sendo progressivamente substituídas pelo que os autores denominam como “estruturas informacionais comunicacionais globais”. Segundo os autores, ao longo da segunda metade do Século XX, dois processos históricos⁷ de maior profundidade foram responsáveis pela reposição dos modelos socioeconômicos vigentes até então no Norte-Global industrializado por um novo modelo regulatório, batizado pelos autores como “capitalismo desorganizado”⁸.

O primeiro e mais importante processo histórico apontado é o adensamento e a aceleração dos fluxos de circulação de pessoas e objetos dentro de circuitos internacionais cada vez mais extensos e fluídos. Avanços tecnológicos do pós-II Guerra, como a expansão da aviação civil e a invenção da eletrônica, possibilitaram um crescimento absolutamente vertiginoso nas velocidades e distâncias que mercadorias, capitais, trabalhadores e turistas poderiam percorrer. Os efeitos dos novos fluxos massivos teriam sido logo sentidos nas economias, nas estruturas sociais e nas formas culturais de diversas sociedades: empresas e trabalhadores não estavam mais fortemente vinculados a um determinado território nacional; o capital produtivo e, sobretudo, o financeiro poderiam transitar quase que instantaneamente entre mercados e estados-nacionais de diferentes continentes; contingentes populacionais cada vez maiores, seja de trabalhadores, turistas ou refugiados, conseguiam se deslocar entre fronteiras que pareciam etéreas; produtos culturais, símbolos e imagens eram transmitidos em poucos segundos para audiências inumeráveis espalhadas por todo o globo. Em suma, concluem, a intensa e célere circulação de sujeitos e objetos se tornou a marca do capitalismo.

Apesar de precedida por reflexões como as de Baudrillard (1979) e Giddens (1991), a novidade da análise de Lash e Urry está no modo como ressalta a centralidade desse processo na substituição do modelo societário nacional-industrial por uma nova configuração. De acordo com ela, os novos fluxos massivos não são mais organizados por intermédio de estruturas sociais, cujo escopo é nacional por definição, mas por meio de redes transnacionais interconectadas por inúmeros canais de tráfego móvel ou transmissível pelos quais transitam pessoas, mercadorias, informações, imagens. Trata-se de um vasto conjunto de “links” (aviões, computadores, cabos de fibra óptica etc.) conectando “individualidades”

7 Para os fins deste ensaio bibliográfico, optou-se por enfatizar apenas um dos processos históricos apontados por Lash & Urry como decisivos na constituição dessa nova ordem. O primeiro e mais importante será discutido nos próximos parágrafos. Já o segundo processo é coextensivo e subordinado ao primeiro, dizendo respeito à intensificação da reflexividade cognitiva e estética tanto de sujeitos quanto de objetos no capitalismo contemporâneo. Para uma discussão pormenorizada, vide o capítulo 3 do livro.

8 Em livro homônimo, editado em 1987, os mesmos autores antecipam a caracterização dessa regulação calcada no primado da flexibilização quanto à intervenção estatal na relação capital e trabalho, então, emergente, na contramão do declínio do capitalismo de escala (Lash e Urry, 1987).

(pessoas, organizações, instituições etc.) dentro de redes específicas, as quais os autores optaram por denominar como “estruturas comunicacionais e informacionais globais” (Lash e Urry, 1994: 7). À vista disso, boa parte da obra é dedicada à feitura de uma “história e geografia dos fluxos”, uma tentativa de escrutinar sociologicamente os seus módulos de propagação e organização⁹.

Lash e Urry, então, argumentam que esses módulos, os quais denominam como “instituições de governança econômica e espacial”, têm se concentrado principalmente na figura de mercados econômicos com características pós-fordistas pautados em modelos de “acumulação reflexiva”. Resumidamente, de acordo os autores, com o alto grau de competição e diferenciação alcançado pela economia global, os sistemas de produção mais avançados passaram a se organizar por meio de uma dupla hermenêutica: a autocrítica e a respectiva mudança adaptativa. Dessa forma, não somente foi necessário remontar as estruturas administrativas e produtivas para que tivessem um elevado nível de flexibilidade, como também se tornou imprescindível gerar e processar conhecimento e informação em grande volume e alta velocidade. Como resultado, as áreas de pesquisa e desenvolvimento, as infraestruturas de comunicação e informação, bem como toda uma gama de serviços especializados (ligados às TICs, consultorias, educação etc.), tornaram-se absolutamente vitais para esses sistemas (Lash e Urry, 1994: 61). Enfim, tratar-se-iam de mercados caracterizados pela desintegração horizontal de setores administrativos em conglomerados de pequenas firmas especializadas subcontratadas pelas multinacionais, com forte fundamentação no processamento de informação e comunicação, bem como em serviços altamente especializados.

Nesse momento, importa sublinhar o modo inovador como Lash e Urry direcionam esse argumento, central à obra, para a constatação de que, em uma economia voltada para o conhecimento e a comunicação, as funções de reflexividade envolvem fundamentalmente o processamento de símbolos, sejam eles de tipo cognitivo-informacional ou estético-semiótico. Ambos atestam que os fluxos de símbolos, imagens e narrativas gerados por “estruturas informacionais comunicacionais globais”, com destaque para os sistemas “experts” e as indústrias culturais, demonstram o caráter estrutural de uma reflexividade tanto cognitiva quanto estética, presente na produção e no consumo (Lash e Urry, 1994: 112). Assim, os autores concluem que, ao contrário do que os marxistas culturais defendiam, não são as indústrias culturais que estão se comodificando, mas a própria produção capitalista como um todo que tem adotado o modelo das

9 Vale registrar que, por meio das pesquisas com o turismo (Urry, 1996), na década de 2000, Urry (2000 e 2007) mobilizara esforços com o objetivo de fixar a modalidade como um paradigma epistemológico na Sociologia.

indústrias culturais. Ao se tornar cada vez mais “knowledge and design intensive”, com atividades de processamento simbólico que adotam uma sensibilidade hermenêutica forjada nos campos acadêmico e artístico, a economia capitalista contemporânea se fundiu ao domínio da cultura, “culturalizou-se”.

“...captar como os processos econômicos e simbólicos estão mais do que nunca entrelaçados e interarticulados; isto é, que a economia é cada vez mais flexionada culturalmente e que a cultura é cada vez mais flexionada economicamente. Assim, as fronteiras entre os dois se tornam cada vez mais confusas e a economia e a cultura já não funcionam uma em relação à outra como sistema e ambiente” (Lash e Urry, 1994: 64 – tradução nossa).¹⁰

Historicamente, remontam os autores, essa nova configuração socioeconômica tem se materializando na forma de *clusters* urbanos que concentram firmas e serviços altamente especializados, mutuamente dependentes e intensamente conectados, voltados para a produção e o consumo reflexivos. Importa-se, assim, uma nova dinâmica de localização, na qual algumas regiões do mundo teriam se especializado em produções informacionais ou estéticas intensivas e altamente diferenciadas (São Francisco, Los Angeles, Paris), mas com enorme protagonismo das três cidades globais que monopolizariam as principais tecnologias financeiras e respectivos serviços (Nova Iorque, Londres e Tóquio). Simultaneamente, diversas cidades ao redor do mundo procuram entrar e competir nessa nova ordem econômica global, investindo na formação de centros de serviços, consumo e turismo que, devidamente embalados por estratégias de *marketing* urbano, atrairão empresas, trabalhadores, consumidores e turistas¹¹ (Lash e Urry, 1994: 215).

10 “...to capture how economic and symbolic processes are more than ever interlaced and interarticulated; that is, that the economy is increasingly culturally inflected and that culture is more and more economically inflected. Thus the boundaries between the two become more and more blurred and the economy and culture no longer function in regard to one another as system and environment.” (Lash e Urry, 1994: 64).

11 Durante o mesmo período, David Harvey (1992: 263-264) atenta à inclusão da regulação pós-fordista, caracterizada pelo que chama de “flexibilização” dos fatores de produção e da segmentação do consumo. Ele define a mesma fase pós-moderna pelo domínio das imagens. Este se caracterizaria pela frenética competição mercantil entre os signos, assim estabelecendo novos parâmetros para a investida dos agentes do capital, mas em ajuste à concepção comprimida de espaço-tempo e, ainda, contracenando com o predomínio da devoção hedonista ao presente. Por outras palavras, para Harvey, a hegemonia conquistada pelos conglomerados empresariais ligados ao comércio de informações e comunicação social e do entretenimento, em meio à ascensão do setor de serviços, propicia a circulação lancinante das imagens de diversos lugares do mundo. Esses lugares se tornariam acessíveis a extraordinário número de pessoas consumidoras, em meio à reprodução ampliada do capitalismo e da reorganização das suas determinações sócio-históricas e estruturais.

Vivemos, portanto, em sociedades cada vez mais individualizadas e saturadas de símbolos, nas quais a classe média de serviços avançados desempenha um papel crescente no processo de acumulação. Esta classe assume uma massa crítica na atual reestruturação: como produtores de processamento de símbolos e como consumidores de símbolos processados, trabalhando e vivendo em certas cidades. Falar de serviços é falar de informação e símbolo e da crescente importância de ambos dentro de muitos tipos diversos de espaço pós-industrial (Lash e Urry, 1994: 222 – nossa tradução).¹²

Em complementaridade ao argumento defendido por Lash e Urry, optamos por encerrar esta seção, focalizando dois estudos que se propõem a mapear e descrever como as novas economias de signos e espaços emergem e se disseminam em diferentes partes do mundo – como veremos, de forma assimétrica e concentrada. Esses textos deixam ver como o debate excedeu os limites epistemológicos da sociologia, ao ser engrossado por vozes de outras disciplinas, no caso, a geografia. Nesse sentido, a primeira obra a ser considerada é *O Mundo Regional: desenvolvimento territorial numa economia global* (*The Regional World: territorial development in a global economy*), publicada pelo geógrafo norte-americano Michael Storper em 1997. Em linhas gerais, Storper procura analisar as novas frentes de desenvolvimento capitalista, que assumiram a forma de economias regionais altamente especializadas e baseadas em processos de inovação como o Vale do Silício ou a indústria da moda na Itália, sob a ótica de suas dimensões organizacionais e geográficas.

Baseado em uma perspectiva marcadamente sociológica, o autor argumenta que as principais economias regionais do mundo têm como principal ativo as componentes relacionais que foram criadas historicamente pela combinação entre conhecimento não-cosmopolita, interdependências reflexivas e território (Storper, 1997). O sucesso dessas economias estaria, para ele, fortemente baseado na produção de conhecimentos específicos que, apesar de explorados economicamente, não podem ser codificados e reproduzidos em outros lugares justamente porque estão vinculados às convenções, às relações sociais de coordenação, comunicação e confiança que foram forjadas ao longo de anos, devido à proximidade territorial e às redes de interdependência envolvendo uma série de agentes.

12 “We thus live in increasingly individuated and symbol-saturated societies, in which advanced-services middle class plays an increasing role in the accumulation process. This class assumes a critical mass in the present restructuration: as symbol-processing producers and as consumers of processed symbols working and living in certain towns and cities. To talk of services is to talk of information and symbol and of the increasing importance of both within many diverse kinds of post-industrial space.” (Lash e Urry, 1994: 222).

Corroborando com a tese dos autores mencionados anteriormente, Storper reafirma ter havido uma mudança qualitativa no capitalismo contemporâneo. Essa alteração se deu na direção de uma reflexividade econômica cada vez maior (Storper, 1997). As economias regionais com desenvolvimento mais acirrado, como a indústria do turismo na França ou do cinema em Los Angeles, funcionariam como “*learning economies*”. Quer dizer, com o objetivo de produzir conhecimento não-imitável a ser explorado economicamente, forjam redes territoriais de coordenação mútua com potencial para gerar a reflexividade individual e coletiva necessária para manter o ciclo de inovação trabalhando intensamente. Em última instância, reflete Storper, esse novo modelo socioeconômico envolve a compreensão, a crítica e, principalmente, a construção de novas referências sociossimbólicas que ditarão as direções e ritmos de crescimento do domínio econômico. Para o autor, não se trata apenas de sublinhar o fato de que os mercados econômicos se tornaram os principais árbitros da ação coletiva, mas que os espaços de ação social mais importantes têm sido criados reflexivamente pelas organizações econômicas e pelas tecnologias por elas desenvolvidas (Storper, 1997).

O segundo livro, *A Economia Cultural das Cidades (The Cultural Economy of Cities)*, publicado pelo também geógrafo Allen Scott em 2000, britânico professor da Universidade da Califórnia, figura como uma síntese na qual estão sincronizadas as principais reflexões desenvolvidas por Featherstone, Lury, Lash e Urry, e Storper. Ademais, suas pesquisas e reflexões fazem parte da reorientação epistemológica com forte incidência no âmbito acadêmico estadunidense referida como “virada cultural” (“*turn culture*”). Com ênfase posta nos temas do significado, da identidade, esse giro predica uma atenção maior na teoria social para os tantos planos entretidos nos processos de simbolização e como esses atravessam, constituindo as esferas sociais da existência e, igualmente, os planos macro e microsociológicos (Nash, 2001: 77-92). Nesse sentido, a obra catalisa boa parte da contribuição anglo-saxônica para o campo de pesquisas ocupado da relação entre economia capitalista e cultura.

Scott inicia o livro com a constatação, herdada dos autores citados, de que não somente o universo cultural está se tornando cada vez mais comodificado, como as formas culturais e estéticas têm se tornado o elemento dominante das estratégias de produção econômica. Dessa forma, o autor argumenta que a economia cultural tem se consolidado como uma das mais dinâmicas fronteiras do capitalismo contemporâneo e que, assim sendo, é necessário compreender quais os significados e impactos desse processo (Scott, 2000: 3). Daí então, Scott se propõe a realizar ao longo da obra uma geografia econômica da produção

cultural, analisando como as relações de interdependência entre economia e cultura têm se materializado no mundo contemporâneo, sobretudo na forma de densos aglomerados espaciais que têm se mostrado centrais na vida de muitas cidades: os chamados “clusters criativos”.

Scott, então, observa que o principal desafio da economia cultural é produzir artefatos imbuídos de conteúdo estético-semiótico simultaneamente sujeitos à disciplina do mercado. Por conseguinte, complexos inter e intrafirmas são formados com o objetivo de produzir bens culturais diferenciados, com conteúdo autêntico, pelo menor custo possível. Esses complexos conformam comunidades de interação e acumulação de capital cultural interpessoal, aliadas a infraestruturas institucionais – como escolas e sindicatos – capazes de proteger/manter esse capital, bem como os padrões de criação e produção. A essa combinação histórico-geográfica de elementos, Scott dá o nome de “sistemas regionais de criatividade e inovação”, campos espaciais e temporais de atividade social produtora de criatividade e inovação (Scott, 2000: 36).

Segundo o autor, a triangulação entre economia, cultura e “lugar” se torna imprescindível dentro de um cenário de extrema concorrência e necessidade de diferenciação da produção, de modo que a justa combinação entre transações-interações intensivas, trabalhadores especializados, conhecimento não-codificado localmente compartilhado, elementos culturais-estéticos específicos e imagens de lugar conforma o que Scott chama de “poder monopolístico de lugar”, um recurso de enorme vantagem competitiva por conta de sua unicidade não-reprodutível (Scott, 2000: 10). Desse modo, pouco a pouco, aparecem aglomerados de firmas em locais específicos que se propõem a funcionar como redes de interação-transação com vistas a promover o aprendizado mútuo e a irrupção de sinergias criativas. Em meio a esses aglomerados, logo se instalam infraestruturas institucionais voltadas ao provimento de serviços especializados com foco, sobretudo nos domínios da informação e comunicação. Scott lembra que, no caso das indústrias culturais, esse cenário é ainda reforçado pela centralidade do conhecimento técnico humano e pelas dinâmicas específicas de empregabilidade, além do papel central desempenhado pelas grandes distribuidoras multinacionais, desde o financiamento e produção à própria distribuição para mercados internacionais (Scott, 2000: 33). Todos esses elementos tensamente combinados funcionarão como um “poder monopolístico de lugar”, operando como vantagem de competição econômica dentro de um mercado global cada vez mais instável, ávido por produtos novos, únicos e diferenciados.

Segundo Scott, usualmente, esses aglomerados têm surgido dentro ou nas proximidades de grandes metrópoles, como Nova Iorque, Los Angeles, Londres

ou Paris, que, por seu tamanho, densidade e heterogeneidade, apresentam a capacidade de prover os serviços, as empresas parceiras, os trabalhadores especializados e demais “ingredientes” necessários para a produção cultural e inovação. Outras metrópoles, como Montreal, Barcelona e Rio de Janeiro, também têm procurado aliar *know-how* empreendedor, energia criativa e políticas públicas para aprimorar a economia cultural local e competir com os centros mais tradicionais (Scott, 2000: 209). Para o autor, embora os recursos financeiros e os modelos de negócios ainda sejam fatores limitadores à propagação das economias culturais, o crescimento de novos mercados e nichos específicos de consumidores favorece a formação de múltiplos aglomerados especializados em produtos diferenciados. Além disso, a criação de políticas voltadas para o setor tem se tornado uma importante estratégia de desenvolvimento urbano e transformação social aplicada por inúmeras cidades ao redor do mundo. Assim, reiterando algumas das proposições de Featherstone sobre a complexidade contemporânea, anteriormente apresentadas, Scott conclui sua pesquisa afirmando que, pouco a pouco, assistimos à conformação de um sistema global de produção cultural, ainda que fortemente assimétrico, mas cada vez mais policêntrico e multifacetado (Scott, 2000: 211).

Digressão final

O painel não exaustivo, traçado ao longo deste artigo, abordou um conjunto de textos cujo denominador comum é o reconhecimento da posição estratégica da cultura de consumo na maneira de conceber o estágio mais contemporâneo da dinâmica socioeconômica do capitalismo. Nesse sentido, esse mesmo *corpus* atualizou um leito discursivo cujas regras de reivindicar a problematização e contornar os objetos de conhecimento remetem, em última instância, às hoje clássicas contribuições de Walter Benjamim e à célebre Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, foi sincrônico a outras referências também ocupadas com as feições tomadas pelo enredo histórico das confluências da simbolização com a comodificação – a exemplo dos respectivos ensaios franceses de Baudrillard e Lipovetsky. A identificação do monitoramento reflexivo pessoal e institucional como um fator distintivo das capacidades de circular e compor os cenários sociais em que a flexibilidade e a intensa mobilidade se impuseram como estruturantes das práticas e modos de produzir e consumir sobressai como recurso diferenciador das análises e interpretações aqui focalizadas.

Do ponto de vista desse último aspecto, arriscamos concluir sobre o quanto a atribuição de relevo empírico e analítico ao tipo de monitoramento

reflexivo indissociável dos insumos informacionais definiu um enquadramento próprio da realidade sócio-histórica relativa às distintas maneiras como um padrão de sensibilidade consumerista contracenou com a propulsão da economia capitalista, a qual já estava organizada na escala global de pulverização dos fatores de produção e distribuição, mas postos em interatividade pelo fremente fluxo informacional cibernético. Tomamos de empréstimo de Michel Foucault (2000) o conceito de “arquivo” (ou *a priori*) discursivo com a finalidade de chamar atenção aos condicionamentos de uma memória discursiva que atuam sobre a dispersão dos enunciados na coexistência com outros acontecimentos afins. O arquivo, portanto, delimita um enunciado na sua duração, estabelecendo regras às escolhas práticas no mesmo momento do que é dito e com quais propriedades. Talvez, à luz do enquadramento observado, possamos especular o quanto ele se constitui em um dos momentos de reequacionamento do arquivo discursivo referente à cognição e à elucidação do problema envolvendo cultura e capitalismo.

Por certo, o “capitalismo de vigilância” e o “capitalismo cultural” ou cognitivo”, para citar apenas duas entre as formulações mais recentes e ainda com forte repercussão nos debates acadêmicos, têm por alvo um patamar de interdependências sociotécnicas não alcançada pelo conjunto de títulos comentado neste texto. Ou seja, a tangibilidade empírica da qual se ocupa em qualificar como objeto de conhecimento não contempla a situação instaurada pela hegemonia das grandes corporações de tecnologia informático-comunicacional no encadramento funcional em que se fazem recíprocos linguagem digital, bolhas interativas e modos de subjetivação em consonância com protocolos das redes sociais. Não nos parece ser alvo de dúvidas, entretanto, que as condições intelectuais e institucionais de uma ciência social habilitada e sensível a operacionalizar uma análise deste presente encontre subsídios cruciais no esforço demonstrado neste mesmo *corpus* textual, especialmente no que se adiantou em entender a transformação da competência de simbolizar em parte integrante de uma economia definida pela conversão das flutuações informacionais em matéria-prima estratégica e mercadoria.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Ática, 1987.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Rio de Janeiro, Ed. UFF, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

- BAUMAN, Zygmunt. *Mal-Estar na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo, Paulus, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *A Liberdade*. Lisboa, Estampa, 1989.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: DOUGLAS, M. e ISHWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2004.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Unesp, 1997.
- BELL, Daniel. *O advento das sociedades pós-industriais*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk, 2011.
- BRAGA, José Carlos S. Financeirização Global. O Padrão Sistêmico de Riqueza do Capitalismo Contemporâneo. In: Maria da Conceição Tavares (org.). *Poder e dinheiro. Uma economia política globalização*. Petrópolis – RJ, Vozes, pp. 195-242.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e terra, 2005.
- CONNOR, Steven. *Teoria e valor cultural*. São Paulo, Loyola, 1994.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo, Loyola, 1992.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo, Unesp, 2005.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Studio Nobel; SESC, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade. *Rev. Bras. Ci. Soc.* – RBCS. [On-line], n. 32, v. 11, 1996.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FEATHERSTONE, Mike. Culture production, consumption and the development of the culture sphere. *Third German-American Sociological Theory Group Conference*, Bremen, 1987.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000a.

- GIDDENS, Anthony. A vida numa sociedade pós-tradicional In: GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- HALL, Stuart *et al.* *Modernity: an introduction to modern societies*. Cambridge, Polity Press, 1995.
- HALL, Stuart. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, David e CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). *Stuart Hall – critical dialogues in cultural studie*. London/New York, Routledge, 1996, pp. 262-275.
- HALL, Stuart. Cultural studies: two paradigms. In: STOREY, John (Org.). *What is cultural studies? A reader*. London, Arnold, 1996a, pp. 31-48.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- KAPLAN, E. Ann. *Mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- LASCH, Scott. A reflexão e seus duplos: estrutura, estética e comunidade. In: GIDDENS, Anthony *et al.* *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Unesp, 1997.
- LASH, Scott e URRY, John. *Economies of signs and space*. Londres, SAGE Publications, 1994.
- LASH, Scott e URRY, John. *The end of the organized capitalism*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signs and machines: capitalism and the production of subjectivity*. Massachusetts, MIT Press, 2014.
- LURY, Celia. *Consumer culture*. New Jersey, Rutgers University Press, 2011.
- MACFARLANE, Alan. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
- MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo, Nobel, 2002.
- ORTIZ, Renato. *A diversidade dos sotaques*. São Paulo, Brasiliense, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SCOTT, Allen. *The cultural economy of cities: essays on the geography of image-producing industries*. Londres, SAGE Publications, 2000.
- STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. Nova Iorque, Guilford, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociedade post-industrial*. Lisboa, Moraes, 1970.
- WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, Hans e MILLS, Charles Wright (Orgs.). *Max Weber, ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo, Cia Nacional, 1969.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo, Sesc – Studio Nobel, 1996 .

URRY, John. *Sociolog y beyond societies*. Londres/Nova York, Routledge, 2000.

URRY, John. *Mobilities*. Cambridge, Polity Press, 2007.

Recebido em: 02/10/2023

Aprovado em: 01/12/2023

Como citar este artigo:

FARIAS, Edson; COUTO, Bruno Gontyjo do. Cultura de consumo e capitalismo: enquadrando uma empiricidade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 445-476.